

# As cidades e a estruturação do território: crise do sistema urbano e reconfiguração territorial em Portugal<sup>1\*</sup>

José Reis

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais; [jreis@fe.uc.pt](mailto:jreis@fe.uc.pt)

## Resumo

Este texto é um exercício exploratório sobre a economia das cidades médias em Portugal, no século XXI. Constatam-se que estas tendem para uma acentuada fragilização que representa também o enfraquecimento do sistema urbano não metropolitano, essencial para que o país não se estreite. Assumo que Portugal está a conhecer uma grande convulsão territorial, em vista da emergência do que chamo de um modelo unipolar, centrado na Área Metropolitana de Lisboa. Entendo que o descuido das cidades produz um enorme desperdício do território e dos melhores recursos que o constituem. Propõe-se uma política de cidades para a qual a base produtiva e o sistema de emprego são basilares. Esta seria a mais importante política pública de carácter transversal.

## Palavras-chave

Cidades médias, vulnerabilidades, políticas públicas

## Introdução

Não tratarei aqui da imensa literatura consagrada às cidades e ao fenómeno urbano, ao seu papel na história, nos processos de desenvolvimento e na organização do território. Deixo claro, no entanto, os pressupostos que tenho em mente. As cidades são simultaneamente aglomerações, lugares diferenciados, expressões da diversidade e, por isso, sujeitos de interações intensas. São-no do ponto de vista simbólico, material e imaterial, cultural, social e político e também económico. Sendo lugares de fixação são lugares de acesso: a bens, a serviços, ao relacionamento e às oportunidades. Dispõem de vantagens aglomerativas e são sedes de diferentes poderes. Por isso, supõe-se que representam localizações privilegiadas, onde é

<sup>1\*</sup> Agradeço a João Ferrão a leitura cuidadosa de uma versão deste texto e comentários muito valiosos que sugerem desenvolvimentos futuros.

possível encontrar o que melhor representa as tendências positivas que a sociedade gerou e as que indicam mudança social. Mas também se sabe que, por serem lugares de afluência e de variedade, concentram desigualdades, assimetrias e problemas. Afirmam-se, enfim, como elementos essenciais para a compreensão do território e mesmo para uma reflexão epistemológica sobre ele (Reis, 2005).

Apesar das características que apontam para uma condição dinâmica, as cidades não são necessariamente nem sempre lugares de evolução positiva ou de progresso constante. Tal como nasceram nalgum momento também podem morrer. Concentram crises. É seguro que não percorrem uma tendência linear. São comunidades, não são pessoas. A própria estrutura morfológica altera-se. E o seu papel também.

No meio de tudo isto, interessa-me particularmente o que as cidades são enquanto vida material, isto é, vida económica, e enquanto lugares de deliberação e representação política. E importo-me pelo seu papel na organização de um território nacional, de que são elementos estruturantes (Ferrão, 1998; Ferrão & Marques, 2003; Bandeirinha, 2020). É para estes dois temas que a análise que vou propor convergirá. Por isso mesmo, procurarei captar duas dimensões: a que represente a *massa* da cidade (a sua capacidade de ação) e a da *mudança* (a evolução num período determinado).

O exercício que desenvolvo é sobre as cidades do continente português e toma por referência o tempo presente, as duas primeiras décadas do século XXI. Analiso a evolução demográfica e dados elementares da sua base económica e procuro identificar o que isso significa na organização do nosso país. Tanto como as cidades, interessa-me compreender o nosso sistema urbano, isto é, o conjunto de cidades distribuídas no território e a ancoragem que elas assim oferecem, aquilo que designo “ossatura do território”.

## 2. Uma leitura prévia sobre o quadro territorial português

Parece-me que a matéria a que dedico este texto é relevante em si mesma. Mas ela também faz parte de uma perspetiva mais ampla que tenho vindo a desenvolver sobre o quadro territorial do continente português (Reis, 2020, 2022) e que aqui resumo. A minha primeira constatação é que tal quadro sofreu uma forte convulsão nas duas primeiras décadas deste século. Ela consistiu na redução das dinâmicas demográficas a um ponto principal da vida do país e à debilitação de quase todo o resto do território. Esse ponto é a Área Metropolitana de Lisboa (AML), cuja relevância demográfica resulta sobretudo do “inchaço” da sua periferia, que transborda para a NUTS do Oeste, indiciando um modo de organização assimétrico e problemático. Falo, por isso, de “unipolaridade” para me referir à nova característica no nosso quadro territorial, sabendo, no entanto, que o Algarve é o outro lugar de dinamismo demográfico; contudo, pela sua especificidade e dimensão, isso não altera qualitativamente a grande centralidade lisboeta. Há circunstâncias contextuais poderosas que não podem ser dissociadas

desta evolução. A participação do país na União Monetária Europeia privilegiou as lógicas financeiras e a expansão do crédito, incentivou a mobilidade de capitais, valorizou a mercadorização do imobiliário e de recursos inseridos na circulação internacional, não deu atenção ao sistema produtivo e limitou a capacidade de governação nacional. Lisboa inseriu-se nesse processo intensamente. A economia política da austeridade que daí resultou aprofundou essas características e revelou as desigualdades que desencadeou. A pandemia, por sua vez, evidenciou as vulnerabilidades já instaladas. Resta saber o que nos trará a convulsão do mundo com a guerra e as suas consequências.

É claro que Portugal foi sempre um país desigual de todos estes pontos de vista. É razoável, contudo, considerar que, em diferentes momentos, se puderam identificar dinâmicas populacionais e económicas mais dispersas no território do que as atuais. O facto de a segunda área metropolitana, a do Porto (AMP), estar, neste século, praticamente estagnada e ter perdido população na última década é um sinal disso. Mas também o é o facto de grande parte das principais cidades médias revelarem decréscimo ou estabilização, sendo esta uma tendência que vai muito para lá do “interior”, tema que, entretanto, serviu para obscurecer o debate regional entre nós. É, aliás, contra este obscurecimento que a perspectiva que tenho procurado construir se manifesta, chamando a atenção para os três pontos já aqui referidos: a original unipolaridade, a estagnação da AMP e o que entendo ser o problema das cidades médias e do conjunto do sistema urbano.

Tal como anteriormente me dediquei a procurar interpretar a economia política da AML (Drago, Coord., 2022), ensaio agora, com este texto, uma primeira aproximação à economia das cidades médias. Neste caso, com a particularidade de não ser uma forma de economia política a elas dirigida que temos de analisar. É antes uma economia política da ausência (ou, se for preferível, as consequências de uma economia política que as ignora). Defendo, de facto, a ideia de que o país não tem realmente uma política para o território (apesar do PNPT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território) e muito menos uma política para as cidades, que deveria ser a mais transversal das políticas públicas, incluindo nela a economia, o emprego e a provisão pública, isto é, a organização da vida material (em linguagem “antiga”, uma política de desenvolvimento).

### **3. Um exercício sobre o sistema urbano e as cidades médias em Portugal**

Organizo a análise que aqui proponho do seguinte modo: deixo de fora as cidades que são parte das áreas metropolitanas, visto que me quero concentrar nas chamadas cidades “médias”; escolho, para isso, um conjunto de 33 cidades e utilizo seis indicadores com os quais procuro observar a sua condição presente.

Aquelas cidades são, entre aquelas para as quais o INE estimou a respetiva população em 2011, as que tinham mais de 15 mil habitantes. De forma discricionária

acrescentei três que tinham entre 10 mil e 15 mil habitantes.<sup>2</sup> Trata-se, portanto, de um exercício aberto, preso, no entanto à ideia de que estamos perante presenças significativas no território, lugares próprios no sistema urbano nacional. Ele é obviamente sujeito a reparos e fica disponível para ser ampliado ou complementado com outras perspetivas. Como a informação que pretendia usar ainda não estava disponível para as cidades,<sup>3</sup> assumo a simplificação de usar os dados dos concelhos de que fazem parte e que constituem o seu território de proximidade. Parece-me que esta opção é aceitável, dada a natureza dos nossos municípios e a localização concreta dos que vou estudar. Evidentemente que, com este procedimento, também não se capta a questão relevante das inter-relações de proximidade com outras cidades ou municípios. Este é, portanto, outro dado a ter em conta.

Os seis indicadores que vou usar são: a evolução da população residente, o índice de envelhecimento, a taxa de emprego, a percentagem de trabalhadores por conta de outrem que têm habilitação superior, a remuneração média de base e o emprego no setor secundário. Deste conjunto procurarei retirar ilações em dois planos principais: sobre a base demográfica de cada território, considerando a evolução demográfica nas duas décadas do século XXI e o respetivo envelhecimento, e sobre a sua base económica, atendendo à taxa de emprego, às remunerações, aos trabalhadores com ensino superior e ao peso da indústria. O que está em causa é saber se as cidades médias que estruturam o sistema urbano português exercem o papel diferenciador, positivo, que se espera que resulte das vantagens aglomerativas de que, supostamente, dispõem. Isto é, se tendo uma capacidade de estruturação maior, têm a sua condição pelo menos estabilizada, “amarrando” assim os seus territórios de proximidade e mantendo um sistema urbano nacional minimamente estruturado e ativo. Ou se, pelo contrário, esse ponto de partida supostamente favorável está a ser desperdiçado e, portanto, fragilizado.

### 3.1. Uma base demográfica ameaçada

Do ponto de vista demográfico, o conjunto destes municípios encontra-se no que podemos designar uma estabilidade ameaçada: a sua população em 2021 ainda parece resistir, visto que há quase mais 34 mil habitantes do que em 2001. Trata-se de um acréscimo de 1,6%, sendo o do país e o do continente 0%. Mas acontece que isso foi alcançado à custa do resultado de primeira década do século (2,7%), pois a diminuição na segunda (-1,1%) é já notória. E o conjunto é desequilibrado positivamente pelo Algarve. Mais significativo, no entanto, é o facto de a maioria (17) registar perdas populacionais, que são em geral graves (iguais ou superior a 4%), sendo em muitos casos (7) acima de 10%, chegando a 19%. Os casos com evolução demográfica positiva são 14. Por comparação com as NUTS III de que fazem parte, os municípios das cidades médias diferenciam-se positivamente, salvo

<sup>2</sup> Trata-se das cidades de Lamego, Paços de Ferreira, selecionada para incluir a NUTS III Tâmega e Sousa, e Sines para a incluir o Alentejo Litoral.

<sup>3</sup> A recente publicação dos dados dos Censos permitirá refinar este exercício.

poucas exceções: tantos nos casos de regressão demográfica como nas evoluções positivas, eles tendem a ter melhores desempenhos. Em apreciação geral, e sabendo-se que há movimentos internos às NUTS (por exemplo, concentração da sua população nas cidades, em detrimento de outros lugares próximos), pode admitir-se que aqueles municípios, na medida em que resistem mais ou são dinâmicos, fixam o território de proximidade. Mas apenas limitadamente.

Muitos destes meios com a presença de uma aglomeração significativa são meios envelhecidos (cerca de metade, 16). Nalguns (8) o respetivo índice é superior em 30% à média nacional. Nem a presença de instituições de ensino superior<sup>4</sup> nem a da indústria alteram esta condição em vários casos relevantes. Já relativamente às NUTS III de que fazem parte municípios com cidades médias, esses meios são, salvo exceções, menos envelhecidos. Assim se revela, porventura, o seu papel na fixação de população ativa ou mais jovem em territórios em geral envelhecidos. Isto é tanto mais relevante quanto é certo que só quatro NUTS III não metropolitanas têm um índice de envelhecimento inferior à média nacional.

### 3.2. A economia: resistências e debilidades

Mais importante é o facto de um pouco mais de metade (17) dos municípios com cidades médias terem uma taxa de emprego igual ou superior à média nacional. No entanto, 7 destes casos correspondem a situações de regressão demográfica. Quando assim é, eles acompanham a situação também frágil da sua NUTS III. Inversamente, os casos em que os territórios das cidades médias têm maior robustez económica, tendem a “puxar” a respetiva NUTS III, colocando-a acima da média nacional.

Só em cerca de 1/3 (11) dos territórios aqui sob análise a presença do emprego industrial é superior à média nacional. Há, no entanto, diferenciais positivos elevados (alguns do Norte e Sines) e é também certo que há alguns valores pouco inferiores àquela média. A “amarragem” na indústria tem expressão e deve ser tida em conta para caracterizar as economias urbanas. Mas ela é insuficiente e desequilibrada. Os principais efeitos aglomerativos serão, no entanto, de sede terciária. E também vale a pena anotar que em mais de metade dos municípios em que a indústria tem uma presença forte isso não impede a regressão demográfica dos respetivos municípios. Na verdade, só 5 dos casos de dinamismo demográfico correspondem a uma presença industrial assinalável. A indústria não é, pois, um claro fator de atratividade e até chega a ser um fator de estagnação ou regressão. Não basta a sua presença, importa também a qualidade das relações de emprego que ela assegura.

O facto de só Braga, Vila Nova de Famalicão, Paços de Ferreira, Aveiro e Leiria serem os municípios onde se conjugam variações positivas da população e pesos elevados da indústria convida principalmente a uma reflexão sobre tipos de

<sup>4</sup> Refiro-me, evidentemente, à fixação de população. Outra coisa, relevante, é a própria presença de estudantes nos períodos escolares.

industrialização (embora também possamos estar perante a “contaminação” de outros fenómenos como a proximidade a uma das áreas metropolitanas).

As remunerações médias destes territórios são quase todas inferiores à média nacional (puxada para cima pelo que acontece nas áreas metropolitanas, que, ainda assim, não se afastam muito daquela média). Isso é particularmente significativo, designadamente quanto à presença do setor dos serviços. Para lá do caso singular de Sines, as três situações onde os salários não são tão baixos, aproximando-se da média nacional, são Aveiro, Coimbra e Braga, respetivamente com desvios de +2,5%, -3,5% e -3,7%.

É no peso no emprego daqueles que detêm habilitações superiores que os territórios das cidades médias ganham um certo relevo. E, mesmo assim, só em perto de metade esse peso é superior à média nacional. A geografia do ensino superior, embora com exceções, a maior escala urbana e algumas especificidades do sistema de emprego subjazem a este indicador.

### 3.3. Para lá da heterogeneidade: dinamismo e regressões sem um quadro mobilizador

Evidentemente que o conjunto que seleccionei é muito heterogéneo. Destaco quatro subconjuntos. O algarvio, que, pelas suas especificidades, quase justificaria ser tratado à parte e que só é relevante do ponto de vista demográfico. O que é composto pelas cidades industrializadas: no Norte litoral, Viana do Castelo, Braga, Barcelos, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Paços de Ferreira, todas elas recetoras da influência da AMP; no Centro litoral, Aveiro, Figueira da Foz e Leiria; Covilhã, no Centro interior. Depois, já sem essas características industriais, o que podemos chamar cidades de “amarração” de territórios: no Norte, o eixo Vila Real-Lamego, Bragança e Chaves; Guarda, Viseu e Castelo Branco, no Centro; Portalegre, Elvas, Beja e Évora no Alentejo. Tomar, Abrantes, Entroncamento, Caldas da Rainha, Torres Vedras e Santarém formam o último subconjunto que podemos designar, à falta de melhor termo, de transição.

Os casos de dinamismo demográfico comportam vários subconjuntos. A de Braga é expressiva: grande dinâmica demográfica, mas tendo na vizinhança dois outros territórios urbanos que têm variação negativa (Barcelos e Guimarães). O mesmo acontece, noutra escala e sem a presença de cidades, com Viseu. Em ambos parece haver um efeito de “sucção” da proximidade. Na NUTS III do Centro, apenas se registam evoluções positivas mais estabilizadas em Aveiro e Leiria e, adicionalmente, mas com outras influências, em Caldas da Rainha, Torres Vedras e Entroncamento. O caso algarvio tem especificidades óbvias.

O conjunto de variações negativas é também heterogéneo e inclui: as cidades alentejanas, todas as do interior centro e norte (com a exceção de Viseu, pelo motivo apontado, e apenas alguma “resistência”, já quebrada no período mais recente, de Bragança e Vila Real); Santarém, Tomar, Torres Novas e Abrantes, a que se juntam Viana do Castelo, Figueira da Foz e Coimbra. O que significa este

conjunto de casos no “vermelho”? O que é que significam perdas demográficas tão fortes em municípios que dispõem de cidades médias, isto é, da presença de fatores locacionais positivos como os que, à nossa escala, se podem associar a uma dimensão urbana relevante e a uma capacidade de aglomeração diferenciada? Por que é que estes casos não se limitam à rarefação do território e ao que se tem convencionalmente as debilidades da “interioridade”? Por que é que não se constituem, de forma generalizada, em fatores de fixação?

As respostas são, evidentemente, múltiplas, desde o contexto regional que as enquadra até eventuais relações de proximidade que as possam desfavorecer. E pode acontecer que isso resulte de um efeito geral, se não de sucção, pelo menos de única localização de fatores dinâmicos, mesmo que não qualificados. A unipolaridade do país que já aqui aponte marca de tal forma todo o território que mesmo os lugares diferenciados devido a uma presença urbana significativa não conseguem escapar a esse facto. É minha convicção que este é um argumento poderoso. A tudo isto junto uma hipótese, que vejo confirmada: uma significativa fragilização da rede urbana do país.

Por isso, interessa-me agora chamar a atenção para outra coisa: a ausência de uma política económica para as cidades médias e para o sistema urbano nacional. Uma política que terá de ser sobretudo de incentivo ao desenvolvimento da capacidade produtiva do país, que conte que com as cidades e com o seu papel na estruturação do território e postule a sua capacidade de ancoragem do território, conjugando isso com a política de emprego e, evidentemente, com a provisão pública.

#### 4. Conclusão

Portugal tem tido uma vantagem importante na estruturação do seu território: a presença de um conjunto de aglomerações que, dispersas, estruturam espaços para os quais essa presença urbana é significativa. Pode, pois, falar-se de uma rede urbana e de uma rede urbana assente nas cidades médias não metropolitanas. É esta relevância das cidades médias que importa discutir, quer elas se situem em regiões de baixa densidade, quer isso aconteça em territórios menos rarefeitos, mas sem características metropolitanas.

A hipótese de que estas cidades, pelas economias de aglomeração que pudessem representar e por serem elementos diferenciadores do território, se destacassem significativamente e servissem de base a uma estruturação positiva do país, de um país inteiro, não se verifica. Infelizmente a Tabela A1 (em Anexo) onde se registam os indicadores aqui usados é demasiado sombrio (é sombreado, para assinalar os registos que se afastam negativamente da média). Se é verdade, como porventura não poderia deixar de acontecer, que se encontra alguma diferenciação, sobretudo quando está em causa apreciar o papel dos respetivos municípios na “ancoragem” das NUTS III de que fazem parte, acontece também que não se confirma a possibilidade de estarmos perante economias

ativas e meios dinâmicos, capazes de darem uma imagem de confiança no país. Inversamente, os territórios das cidades médias selecionadas têm uma notória fragilidade demográfica, especialmente revelada na última década, são meios envelhecidos, não registam remunerações que se destaquem da média nacional (isso só acontece com a AML, nem sequer com a do Porto), revelam, é certo, vidas coletivas mais assentes no emprego, mas não são generalizadamente industriais e só quanto à afixação de trabalhadores com habilitações superiores se aproximam da diferenciação que, em geral, aqui se procurava encontrar.

Há desperdício do território quando na nossa organização coletiva, nas políticas públicas, na maneira como o país projeta e planeia o seu futuro, não se usam devidamente os recursos territoriais, os ativos específicos de que dispõe. As cidades, especialmente quando constituem uma rede nacional relevante, são um desses ativos. E Portugal dispõe disso. Mas o que, neste exercício exploratório, parece ter-se revelado é que a economia das cidades médias é frágil e está em fragilização. A minha conclusão principal é, pois que o país está a desperdiçar as cidades médias e que esse é o grande desperdício do território. Tal conclusão tem uma óbvia relação com a conclusão a que cheguei anteriormente, segundo a qual a grande convulsão territorial do país nas duas décadas deste século consistiu na consolidação de um modelo unipolar, centrado na AML, acontecendo que ela própria estará a desqualificar a sua economia e a contribuir essencialmente para um perigoso “inchaço” da sua periferia.

Há, pois, um desafio sobre a mesa. Regressar ao território, interpretar devidamente em que é que ele consiste do ponto de vista material, identificar as cidades médias como ativos muito relevantes e compreender que há dois elementos essenciais para uma política voluntarista: estabelecer nesses quadros uma base produtiva significativa e assegurar estabilidade e coerência da provisão pública.

## Referências

- Bandeirinha, J.A. (2020). Cidades e Redes Urbanas: o Papel da(s) Cidade(s) no Equilíbrio do Território, in J. Reis (Coord.), *Como Reorganizar um País Vulnerável?* Coimbra: Actual, 345-376.
- Drago, A. (coord.) (2022). *A Segunda Crise de Lisboa. Uma Metrópole Fragilizada*. Coimbra: Actual.
- Ferrão, J. (1998). Red Urbana, Instrument de equidad, Cohesion e desarrollo, *EURE (Santiago)*, 24, 71, 75-90.
- Ferrão, J., & Marques, T. (2003). *Sistema Urbano Nacional*. Síntese. Lisboa: DGOTDU/Ministério das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente.
- Reis, J. (2005). Uma Epistemologia do Território, *Estudos – Sociedade e Agricultura*, 13, 1: 51-74.
- Reis, J. (2022). A Economia Política da Área Metropolitana de Lisboa: uma metropolização num país fragilizado, in A. Drago (org.), *A Segunda Crise de Lisboa – Uma Metrópole Fragilizada*. Coimbra: Actual, 27-56.
- Reis, J. (2020). O território: reorganizar internamente o país depois do modelo unipolar e do deslaçamento territorial, in José Reis (org.), *Como Reorganizar um País Vulnerável?* Coimbra: Actual, 295-343.



TABELA A1.

Anos	População residente			Variação (%)	Variação (%)	Índice de envelhecimento	Remuneração base (€)	Taxa de emprego (%)	Emprego com habil. sup. (%)	Emprego secundário (%)
	2001	2011	2021	2011-21	2001-21	2021	2019	2021	2019	2021
Portugal	10362722	10557560	10361831	-1,9	0,0	182,7	1001,5	49,1	26,6	24,8
Viana do Castelo	88645	88687	85802	-3,3	-3,2	211,4	907,6	49,1	22,3	33,8
Barcelos	122041	120487	116649	-3,2	-4,4	158,2	807,8	54,1	13,8	50,4
Braga	164886	181829	193558	6,5	17,4	132,4	964,5	54,3	30,7	28,8
Guimarães	159568	158130	156656	-0,9	-1,8	161,5	829,3	53,1	21,7	46,6
V N de Famalicão	127879	134054	133637	-0,3	4,5	154,9	891,1	53,9	22,4	46,1
Chaves	43563	41281	37657	-8,8	-13,6	323,9	818,4	38,7	21,6	18,9
Paços de Ferreira	53137	56560	55614	-1,7	4,7	121,9	748,5	55,2	16,1	52,3
Lamego	28063	26656	24340	-8,7	-13,3	250,9	794,3	42,6	22,0	19,5
Vila Real	50055	51853	49629	-4,3	-0,9	195,9	884,7	48,8	29,6	16,7
Bragança	34797	35334	34662	-1,9	-0,4	260,0	850,0	45,0	28,9	17,1
Caldas da Rainha	48992	51795	51258	-1,0	4,6	213,2	784,1	47,6	25,2	22,5
Torres Vedras	72574	79529	83444	4,9	15,0	172,2	856,5	52,3	18,4	24,4
Aveiro	73535	78278	81490	4,1	10,8	162,0	1026,1	54,8	35,1	31,0
Coimbra	148260	142475	141396	-0,8	-4,6	215,8	966,1	51,0	39,0	14,2
Figueira da Foz	62604	62091	59111	-4,8	-5,6	253,9	949,3	44,8	28,5	31,0
Leiria	120130	126839	129081	1,8	7,5	169,3	927,4	53,8	23,7	33,9
Viseu	93711	99203	99910	0,7	6,6	180,1	840,7	49,3	30,0	21,4
Castelo Branco	55793	55909	52398	-6,3	-6,1	248,8	825,9	46,7	25,0	22,2
Abrantes	42149	39148	34361	-12,2	-18,5	305,0	900,4	41,3	31,0	27,5
Entroncamento	18263	20270	20329	0,3	11,3	142,9	911,1	50,6	33,6	16,4
Tomar	42915	40497	36501	-9,9	-14,9	293,0	863,5	41,9	25,0	20,9
Covilhã	54389	51549	46521	-9,8	-14,5	287,3	832,9	43,6	27,8	25,5
Guarda	43811	42371	40173	-5,2	-8,3	226,2	871,1	49,0	31,0	19,5
Sines	13577	14238	14198	-0,3	4,6	158,3	1032,1	51,4	17,4	24,1
Beja	35766	35760	33500	-6,3	-6,3	166,2	900,9	50,2	29,5	12,5
Santarém	63510	62049	58842	-5,2	-7,4	206,2	879,6	48,0	24,3	19,7
Elvas	23364	23000	20725	-9,9	-11,3	175,3	753,0	45,2	23,6	15,6
Portalegre	25957	24789	22342	-9,9	-13,9	226,6	823,4	47,8	33,1	17,2
Évora	56552	56436	53682	-4,9	-5,1	178,3	918,9	51,9	34,4	18,0
Faro	58266	63886	67582	5,8	16,0	161,4	930,2	51,6	33,6	12,8
Lagos	25586	30933	33434	8,1	30,7	194,7	830,3	44,1	19,9	15,9
Olhão	40961	45279	44575	-1,6	8,8	161,1	802,9	48,0	22,4	17,4
Portimão	45212	55460	59810	7,8	32,3	157,0	879,5	46,3	23,4	15,4

FONTE: INE e Quadros de Pessoal, através da PORDATA.